Vogais suplentes:

2TEN TS José Rui dos Santos Ganilha.
SCH H Carlos Manuel Gil Gomes.

14 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

19 de Setembro de 2005. — O Chefe da Repartição, *Carlos Alberto Restani Graça Alves Moreira*, capitão-de-mar-e-guerra.

EXÉRCITO

Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército

Portaria n.º 996/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

MAJ SGE (07616277) Serafim Marques Ribeiro — passa à situação de reserva, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 2477,30. Conta 34 anos, 9 meses e 16 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

4 de Julho de 2005. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Adjuncte-General, *Jorge Manuel Silvêrio*, tenente-general.

Comando do Pessoal

Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal

Portaria n.º 997/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SAJ PQ (11512078) João Paulo Barros Santos — passa à situação de reserva, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Abril de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 1891,36. Conta 37 anos, 1 mês e 14 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

27 de Julho de 2005. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director, *Joaquim Formeiro Monteiro*, major-general.

Portaria n.º 998/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

ISAR QAMAN (62439871) Fernando Sebastião — passa à situação de reserva, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Março de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 1383,65. Conta 41 anos, 1 mês e 16 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

27 de Julho de 2005. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director, *Joaquim Formeiro Monteiro*, major-general.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 21 016/2005 (2.ª série). — Nos termos do estatuído nos n.ºs 2 e 4 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações constantes no Decreto-Lei n.º 393/90, de 11 de Dezembro, designo para exercer funções como minhas secre-

tárias, a partir de 12 de Setembro de 2005, as técnicas superiores de 2.ª classe Maria Adelaide Machado Lóio e Ana Paula Oliveira Silva Paulino Lopes.

12 de Setembro de 2005. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.

Despacho n.º 21 017/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 50/78, de 28 de Março, e para os efeitos do n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Julho, tendo em atenção as frequentes deslocações que diariamente necessitam de ser efectuadas, bem como as necessárias, em representação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, para cerimónias em que estão presentes membros do Governo, determino que fique afecto à Presidência, a partir de 12 de Setembro de 2005, o motorista António Manuel Nunes dos Santos.

12 de Setembro de 2005. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação

Despacho n.º 21 018/2005 (2.ª série). — Considerando que o despacho n.º 26 566/2002, de 29 de Novembro, suspendeu as candidaturas para projectos com co-financiamento FEDER, no âmbito do Programa Operacional da Economia, situados na Região de Lisboa e Vale do Tejo, com excepção dos projectos no domínio das medidas de inovação financeira;

Considerando que a decisão recente de realinhamento da estratégia do PRIME com os objectivos e prioridades do Plano Tecnológico e da Estratégia de Lisboa, conjugada com soluções que permitiram reforçar os meios financeiros afectos ao Programa, veio possibilitar a afectação de novos recursos à região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT);

Considerando que, com base nestas decisões de gestão do PRIME, está em curso um processo de alteração aos regulamentos dos regimes de incentivo, com níveis diferentes de ajustamento estrutural face aos regimes vigentes;

Entendeu-se que a reabertura do PRIME para candidaturas de projectos localizados na região LVT deve ser efectuada de forma faseada. Para a generalidade das medidas procede-se à sua reabertura imediata e para as medidas objecto de alterações mais significativas na sua regulamentação ou para as que se encontrem com orçamentos esgotados a nível nacional do PRIME, a reabertura, a verificar-se, apenas se processará após a aprovação das alterações aos respectivos regulamentos de execução.

Nestes termos, determina-se o seguinte:

1 — É levantada a suspensão de candidaturas no âmbito do PRIME, determinada pelo despacho n.º 26 566/2002, de 29 de Novembro, para projectos com co-financiamento FEDER localizados na região de Lisboa e Vale do Tejo, com excepção das candidaturas aos seguintes regime de apoio:

- Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME);
- Medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos (MAPE);
- Medida de Apoio à Modernização e Desenvolvimento das Infra-Estruturas Energéticas;
- Medida de Apoio às Infra-Estruturas Turísticas;
- Medida de Apoio à Requalificação de Áreas de Produção Mineral.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

15 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, *António José de Castro Guerra*.

Despacho n.º 21 019/2005 (2.ª série). — Tendo em conta a necessidade de reavaliar o Regulamento Geral para as Parcerias e Iniciativas Públicas, foi publicado o despacho n.º 26 567/2002, de 17 de Dezembro, que veio suspender a apresentação, nos termos da Portaria n.º 680-A/2000, de 29 de Agosto, de todas as candidaturas, com excepção das relativas à promoção de marcas e produtos portugueses ou à internacionalização da economia.

Posteriormente, face aos objectivos de política de dinamização empresarial, nomeadamente em matéria de recursos humanos, procedeu-se à reabertura de propostas de projectos a intervenções no domínio da qualificação de recursos humanos através do despacho n.º 15 141/2004, de 28 de Julho.

Face ao recente realinhamento da estratégia do PRIME com os objectivos e prioridades do Plano Tecnológico e da Estratégia de Lisboa, torna-se prioritário alargar a apresentação de propostas de projectos às outras tipologias de intervenção fundamentais à prossecução dos objectivos visados com esta reorientação estratégica do Programa, ainda que de forma diferenciada consoante se trate de parcerias ou iniciativas públicas.

Assim, determina-se o seguinte:

1 — É reaberta a admissão de propostas de projectos no âmbito da Portaria n.º 680-A/2000, de 29 de Agosto, alterada pelas Portarias n.ºs 1216-A/2000, de 28 de Dezembro, 97/2002, de 31 de Janeiro, 109/2004, de 29 de Janeiro, e 560/2004, de 26 de Maio, nos seguintes termos:

- a) As propostas de projectos de parcerias passam a estar subordinadas a fases de candidatura cujos períodos, domínios temáticos, dotações orçamentais, âmbito regional de aplicação e demais condições específicas são definidos por despacho do Ministro da Economia e da Inovação sob proposta do gestor do PRIME;
- b) As propostas de projectos de iniciativa pública dependem do seu reconhecimento como prioritários e estratégicos para a prossecução dos objectivos do Plano Tecnológico e da Estratégia de Lisboa por despacho do Ministro da Economia e da Inovação sob proposta do gestor do PRIME.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

15 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, *António José de Castro Guerra*.

Despacho n.º 21 020/2005 (2.ª série). — Considerando que o despacho n.º 15 512/2004, de 3 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 3 de Agosto de 2004, suspendeu as candidaturas para projectos com co-financiamento pelo Fundo Social Europeu (FSE), no âmbito do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), situados na região de Lisboa e Vale do Tejo;

Considerando que a recente decisão de realinhamento da estratégia do PRIME com os objectivos e prioridades do Plano Tecnológico e da Estratégia de Lisboa, conjugada com soluções que permitam reforçar os meios financeiros afectos ao Programa, veio possibilitar a afectação de novos recursos à região de Lisboa e Vale do Tejo;

Entendeu-se fundamental proceder à reabertura do PRIME para candidaturas de projectos localizados na região de Lisboa e Vale do Tejo a apoiar através do FSE.

Nestes termos, determina-se o seguinte:

1 — É levantada a suspensão de candidaturas no âmbito do PRIME, determinada pelo despacho n.º 15 512/2004, de 3 de Agosto, para projectos com co-financiamento FSE localizados na região de Lisboa e Vale do Tejo.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

15 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, *António José de Castro Guerra*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 21 021/2005 (2.ª série). — Considerando que se encontra vago o lugar de director de serviços de Gestão dos Aprovisionamentos e Logística, cargo de direcção intermédia, do quadro de pessoal dirigente da Secretaria-Geral, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 187/2003, de 20 de Agosto, torna-se necessário proceder à nomeação de um director de serviços, em regime de substituição, até à nomeação de um novo titular do cargo, por forma a assegurar o regular funcionamento dos serviços.

Assim, considerando o perfil profissional do licenciado Carlos Alberto Ramires de Sousa, evidenciado no *curriculum vitae* anexo ao presente despacho, nomeio, em regime de substituição, nos termos dos artigos 7.º, 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, director de serviços de Gestão dos Aprovisionamentos e Logística o licenciado Carlos Alberto Ramires de Sousa, técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005.

19 de Setembro de 2005. — A Secretária-Geral, *Paula de Campos Alves*.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Carlos Alberto Marques Ramires de Sousa;
Estado civil — casado, dois filhos.

2 — Habilitações académicas e profissionais:

Licenciatura em Direito, Ciências Jurídicas, Económicas, FDL, UL, 1980;
Pós-graduação em Contabilidade, Gestão Orçamental e Finanças Públicas, ISEG, 2002;
Estágio da Ordem dos Advogados, 1981;
Seminário de Alta Direcção, INA;
Líder por desempenho.

3 — Itinerário profissional:

Chefe de divisão de Aprovisionamento, Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação;
Director de serviços de Gestão Financeira e Patrimonial do INETI;
Advogado;
Administrador na FIRME, SGPS, em representação do IAPMEI, Ministério da Economia, Administração de 2000 a 2001;
Assessor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL);
Assessor da Fundação da FCUL;
Assessor da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa;
Jurista, IGM;
Jurista, IVV.

4 — Apresentações de trabalhos de investigação:

Despesas públicas — Decreto-Lei n.º 55/95;
Contratação pública;
Ética médica;
Um caso prático de um processo de despesa pública em *workflow* a questão da assinatura digital;
Auditoria.

5 — Formação profissional ministrada:

Direito do trabalho;
Regime jurídico da Administração Pública;
Organização administrativa e financeira na Administração Pública, caso particular POCP;
Serviços partilhados — Uma solução moderna para a Administração Pública;
Implementação do POCP — Uma experiência prática, IPCA, ISCAP, IGAP;
Controlo interno na Administração Pública, Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 21 022/2005 (2.ª série). — Considerando que a licenciada Maria Luísa Araújo Proença, assessora do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo do ex-Ministério da Economia, reúne os requisitos legais para o acesso à categoria de assessor principal e requereu a nomeação para o respectivo lugar;

Considerando as disposições contidas no artigo 29.º e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e após confirmação dos respectivos pressupostos pela Secretaria-Geral do ex-Ministério da Economia;

Nomeio, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a licenciada Maria Luísa Araújo Proença assessora principal, da carreira técnica superior, em lugar de dotação global do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo do ex-Ministério da Economia, constante do mapa III anexo à Portaria n.º 443/99, de 18 de Junho.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 23 de Maio de 2005.

12 de Setembro de 2005. — O Director Regional, *Mira dos Santos*.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DA SAÚDE

Aviso n.º 8616/2005 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Julho de 2005, e de harmonia com o n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, foi autorizada a aquisição directa de medicamentos aos laboratórios, importadores e grossistas pelo British Hospital — Lisbon XXI, S. A., sito na Rua de Tomás da Fonseca,